

# Ulysses critica pressão do Planalto na Assembléia

## Para Cabral, 95% do atual texto ficará

O presidente da República em exercício e presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem, durante a entrega pelo relator Bernardo Cabral do projeto de Constituição «B», (redação final do 1º turno), que o segundo turno de votação, a ser iniciado no dia 20, servirá para «passar uma lixa» no texto a fim de retirar algumas imperfeições que existam.

Indagado se a lixa que Ulysses se referia deveria ser grossa ou fina, Bernardo Cabral afirmou que 95% do atual texto deve ser mantido e que ele necessita somente de pequenas correções.

Durante a solenidade, imediatamente após o presidente da Constituinte dizer que deveria passar uma lixa no texto aprovado em primeiro turno, o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP) interveio para advertir que é preciso ter cuidado com a lixa do Centrão porque ela «é muito grossa». Genoíno se referia à intenção dos conservadores de suprimir do projeto de Constituição disposições na área trabalhista como o direito de greve, turno de seis horas, licença-paternidade e licença-gestante, além da proibição de contrato de risco para exploração de petróleo e nacionalização da mineração.

### Desequilíbrio

No seu discurso, Ulysses Guimarães destacou que os constituintes venceram o primeiro round, o establishment, a inércia, o conservadorismo, mas que agora é preciso ganhar a batalha do segundo turno.

«O que é o Brasil? O Brasil é uma pirâmide que se baseia em Brasília, em Brasília no Palácio do Planalto, e no Palácio do Planalto num homem só e este, homem se chama Presidente da República. Por isso ela é uma pirâmide instável». Genoíno criticou ainda Ulysses Guimarães que até domingo ocupa a Presidência da República.

Para ele, o quadro atual com mais de quatro mil municípios na base, no ar, de cabeça para baixo, traz como consequência uma grande instabilidade social. «Esta reabilitação da geografia, através da descentralização tributária, sem dúvida nenhuma, é uma conquista histórica para a vida deste País», previu o deputado.

A seu ver, o texto constitucional recaptura a soberania popular porque a sociedade, através da solicitação de um certo número de postulantes, poderá, pelo referendo ou plebiscito, declarar a nulidade deste texto. «E não é somente por razões constitucionais, por razões sociais que atingem principalmente as camadas mais humildes de nossa população. Será supremissimo, através do plebiscito», concluiu Ulysses.

## Empresários querem pressão com unidade

Hoje, a partir das 14h30 na sede da Confederação Nacional da Indústria em Brasília, empresários dos setores industrial, agropecuario, bancário e do comércio, tentarão aplacar divergências para enfrentar, unidos, o segundo turno de votação na Constituinte. «Desunidos não terão os 280 votos para derrubar nada, principalmente os bancos, que foram os que perderam mais», constata um diretor da CNI no Rio, que prefere não se identificar porque, oficialmente, a reunião de hoje, será feita para divulgar oficialmente os 24 pontos que o empresário quer tirar do texto constitucional.

Na verdade, de acordo com esse empresário, só há unanimidade em torno de dois pontos: direito de greve e turno especial de seis horas. Eles não querem que o trabalhador decida quando e porque deve fazer greve, nem pretendem ver o turno especial implantado nas empresas que tenham jornadas de trabalho ininterruptas.

Os representantes da agricultura (quatro) e dos bancos (Febraban) até agora são os mais difíceis de conciliar. Isso porque os banqueiros tem como ponto de honra a supressão da limitação da taxa de juros reais em 12% ao ano e os seguidores de Ronaldo Caiado (presidente da UDR) veem com simpatia essa limitação. Outros dois pontos colocam em campos opostos as multinacionais e os grandes grupos nacionais: a definição de empresa nacional e a preferência para empresa nacional na aquisição de bens e serviços públicos pelo poder público.

Segundo um dos participantes da reunião de hoje, os empresários incluíram alguns itens do capítulo dos Direitos Sociais, como adicional de férias e licença paternidade, exclusivamente para ter o que negociar na Ordem Econômica. Além de aplicar divergências, o empresário começa a montar sua estratégia de abordagem dos constituintes e preparar uma grande reunião no próximo dia 20, com a participação de 500 empresários. Nesse dia, o mais provável para o reinício dos trabalhos da Constituinte, eles sairão da CNI direto para o Congresso.



Ulysses foi à entrega do texto constitucional revisado

## Senador deseja pôr os temas polêmicos em leis ordinárias

O deputado José Lins (CE), vice-líder do PFL e integrante do Centrão, defendeu ontem a necessidade de se fazer "um pool de esforço" para tirar da Constituinte o que não é matéria constitucional. Lins considera que a primeira tarefa dos partidos é tentar identificar todos os pontos do projeto de Constituição que podem ser eliminados através de acordo, mas admitiu que uma das estratégias será a alegação de "matéria não constitucional" para tentar remover o que pode ser considerado inaceitável.

José Lins reuniu-se ontem com os deputados Ronaro Correa (PFL-MG) e Rita Furtado (PFL-RO) para fazer um balanço, a pedido do líder José Lourenço (PFL-BA), das 200 sugestões de modificação do texto aprovado no 1º turno, encaminhadas pelos pefelistas. Hoje, o deputado José Lourenço leva o resultado desse trabalho ao líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim (RS), para iniciar as negociações. Lourenço manteve "contato preliminar" com Jobim ontem e saiu com a impressão, segundo disse, de que ele tem "espírito de homem muito atual", o que levou a

prever que "haverá sucesso" nas negociações.

### Acordos

Tanto Lourenço como José Lins não quiseram adiantar pontos nos quais o PFL concentrará mais esforço, alegando que as sugestões dos pefelistas abordam todo o texto aprovado em 1º turno. As tentativas de acordo seriam feitas em torno de assuntos já apontados pelas correntes conservadoras como inaceitáveis, como jornada de 6 horas de trabalho, voto aos 16 anos, licença-paternidade e normas sobre exploração de minério em território nacional. Lins considera, porém, que há muita matéria incluída no texto que não é de natureza constitucional e deve ser remetida para legislação ordinária, "como detalhes sobre programação de governo", ou seja, normas sobre atuação do Poder Executivo. De um modo geral — considera Lins — tudo o que ficou muito detalhado, seja qual for o capítulo, deve ser remetido para legislação ordinária. Ele disse ainda que, pelas conversas que manteve, já pode concluir que a limitação de juros em 12% será eliminada do texto.

## Regulamentação pode atrasar

Após a promulgação da Constituição os parlamentares terão pela frente um trabalho que poderá ser mais exaustivo do que o realizado até agora: a aprovação de 74 leis ordinárias, 35 complementares e três delegadas em no máximo seis meses. Esse prazo, no entanto, corre o risco de não ser cumprido, já que as eleições municipais deste ano e as presidenciais, previstas para o ano que vem, devem envolver bastante o Congresso Nacional, impedindo a regulamentação da maioria dos artigos da futura Constituição.

A relação das leis necessárias para a aplicação da futura Constituição foi feita pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Explica que o mandato de injunção e a ação de constitucionalidade garantem "tudo o que está previsto", pois permitem a qualquer cidadão ou entidade reclamar os direitos lesados por falta de regulamentação ou omissão.

Apesar de existirem 74 leis ordinárias para serem elaboradas e aprovadas elas não terão muita dificuldade de aprovação, já que constitucionalmente é exigido apenas a maioria simples dos votos do Congresso Nacional para a sua aprovação. O complicador é exatamente a legislação complementar, onde é exigido o apoio de no mínimo 2/3 dos membros do Congresso Nacional. Isso significa que o quorum das sessões terá que ser alto (mais de 374 votos), caso contrário nada poderá ser aprovado.

Em uma legislatura normal — um ano de funcionamento — O Congresso Nacional aprova em média 15 projetos de lei de iniciativa parlamentar. O índice de

## Começa a entrega de emendas

O calendário da Constituinte, no segundo turno de votação do projeto constitucional, prossegue hoje com a publicação da redação da matéria votada em primeiro turno.

A partir de amanhã até domingo abre-se o prazo para apresentação de emendas. O presidente interino da Constituinte, Senador Mauro Benevides, já convocou sessões, até segunda-feira, inclusive sábado e domingo, para discussão do texto apresentado pelo relator Bernardo



Relator Bernardo Cabral

leis enviadas pelo Executivo, no entanto, é muito maior, chegando às vezes a 200 por ano.

Essa estatística alta de aprovação dos projetos do Executivo poderá não se aplicar na elaboração de leis complementares e ordinárias ao novo texto Constitucional. Isso porque tanto os parlamentares de esquerda quanto os de direita pretendem utilizar essa legislação para ampliar e reduzir, respectivamente, o que já está previsto. Assim, mesmo que seja colocada em prática a proposta do ministério da Justiça que remete para o ministério competente a elaboração dos projetos de lei — adiantando bastante o trabalho dos parlamentares — será necessária muita negociação partidária para a apreciação da nova legislação.

### Relator Bernardo Cabral

De 12 a 16 o relator deverá emitir o seu parecer quanto ao mérito das emendas apresentadas.

O dia 17 será reservado para a publicação do parecer do relator.

Os dias 18 e 19 serão destinados para o encaminhamento de pedidos de destaque às emendas oferecidas.

Dia 20 começa a votação do projeto constitucional "B", em segundo turno. O texto será votado na íntegra, ressalvados os destaques.

O presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, diante das informações de que o Palácio do Planalto pretende interferir na votação do segundo turno, afirmou ontem que "o Governo não pode pressionar a Assembléia Nacional Constituinte", porque «não é aceitável que, por maneiras incorretas, se obtenha ou se modifique a decisão da Assembléia».

Ulysses Guimarães entende que o texto constitucional, apresentado ontem pelo relator Bernardo Cabral, não é ainda definitivo e que poderá ser modificado — para isso existe o segundo turno de votação — mas através de entendimentos e, é claro, dos votos.

Os entendimentos, Ulysses Guimarães já está buscando, dentro do seu partido, o PMDB, mas também junto às demais legendas: ele reunirá amanhã em sua casa, para um jantar de trabalho, os líderes partidários.

Vai discutir com eles, basicamente, o que se pode reunir em um grande bloco — as matérias de consenso; e o que se deve isolar, para votação em separado — as questões polêmicas, que ele acredita serem por volta de vinte ou trinta, no máximo.

Algumas, ele mesmo citou ontem: a licença de 120 dias para a mulher gestante e a licença paternidade; o horário corrido de seis horas de trabalho; o voto aos 16 anos; e, também, a questão de greve.

### Interinidade

A interinidade de Ulysses Guimarães na Presidência da República tem servido, na verdade, para que ele cuide melhor da Constituinte, antes da votação do segundo turno, e do seu partido, o

PMDB, antes da Convenção Nacional, marcada para o dia 21 de agosto.

Hoje o Presidente da República em exercício reúne-se com as lideranças partidárias para discutir os pontos polêmicos e consensuais do projeto de Constituição. Ele acredita que, fora do entendimento, será muito difícil modificar o texto constitucional.

Amanhã, Ulysses Guimarães reúne em torno de sua mesa de jantar todos os coordenadores de bancada do PMDB. O objetivo, aí, é costurar uma chapa afinada com o perfil liberal-progressista do par-

### "Multis faltam com respeito"

O presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, considerou "uma falta de respeito para com a Assembléia Nacional Constituinte" a disposição das empresas multinacionais de gastar C\$ 400 milhões para modificar o projeto constitucional.

O deputado Ulysses Guimarães foi informado da decisão das multinacionais pelo deputado Carlos Alberto Caó, do PDT do Rio de Janeiro. O presidente da Constituinte ficou de se informar melhor, para se posicionar sobre o assunto.

As multinacionais querem modificar, basicamente, quatro pontos do projeto de Constituição: distinção entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional; privilégio da empresa de capital nacional para a venda ao Governo e as estatais; nacionalização da exploração mineral; e o fim dos contratos de risco.

tido, a ser reafirmado na convenção.

Ulysses quer evitar o confronto entre as correntes políticas abrigadas sob a legenda peemedebista, mas também não deseja que o PMDB fique sob o controle dos conservadores, cuja chapa ele recusou encabeçar.

Na sexta-feira, o Presidente da República em exercício reunirá na sua casa, desta vez para um almoço, o relator Bernardo Cabral, o líder do PMDB na Constituinte, e os líderes na Câmara e no Senado. Deverão participar também os vice-líderes e os relatores adjuntos.

O que se pretende, com essa reunião, é definir o comportamento do PMDB durante a votação do segundo turno. O encontro é importante, porque dele sairão as emendas que o partido apresentará, quando chegar a hora de negociar o que deve ficar e o que deve sair do projeto de Constituição.

### Planalto

O Palácio do Planalto já tem praticamente pronta a análise que está fazendo do projeto constitucional, com a definição dos pontos que deverão ser suprimidos do texto aprovado no primeiro turno.

Esse trabalho será apresentado ao presidente José Sarney assim que ele voltar de sua viagem à China, no próximo dia 10, domingo. Para isso, o Presidente da República reunirá, na segunda ou terça-feira, o seu "conselho político".

Entre os pontos que o Governo pretende suprimir do projeto de Constituição, incluem-se a anistia creditada aos micro e pequenos empresários, o tabelamento dos juros em 12% ao ano, a licença de 120 dias para a mulher gestante ou licença paternidade, o direito de greve e a jornada de trabalho de seis horas seguidas.

## Esquerdas formam "bloco da mudança"

As esquerdas da Constituinte — PT, PDT, PC do B, PCB e PSB — irão apresentar, em bloco, um conjunto de emendas supressivas ao projeto de Constituição, mas reconhecem que será difícil atingir o quorum de 280 votos para vê-las aprovadas. Entre os tópicos está a reforma agrária (desapropriação de propriedade produtiva), unicidade sindical, direito de propriedade, Conselho de Defesa Nacional e papel das Forças Armadas. No entanto, avisam que os avanços sociais, como licença gestante de 120 dias, jornada de trabalho de seis horas, voto aos 16 anos e juros de 12% são inegociáveis.

As lideranças dos partidos de esquerda pretendem, ainda esta semana, promover uma ampla reunião para definir a estratégia de atuação nas votações em segundo turno, além da compatibilização das 400 emendas que desejam apresentar. Ontem, estava marcado o primeiro encontro, porém apenas os líderes do PT Luis Inácio Lula da Silva e do PC do B, Haroldo Lima, estavam em Brasília, sendo a reunião transferida. A intenção das esquerdas é sensibilizar inclusive os progressistas da ala histórica do PMDB e os parlamentares do recém-fundado PSDB, no sentido de garantir a manutenção dos avanços sociais obtidos pela classe trabalhadora na primeira fase da Assembléia.

Lula explicou que a missão das esquerdas, nesta etapa, será em primeiro lugar suprimir todos os dispositivos que limitam não só os direitos dos trabalhadores, mas todo o conjunto Capital x Trabalho, e, também, garantir a permanência no texto de todas as conquistas sociais, que para ele foram poucas. O deputado paulista sustenta que todos os pontos



Lula quer manter todos os direitos trabalhistas conquistados

aprovados, fruto de consenso e acordo de lideranças, não devem ser mais alterados. Citou como exemplo a questão da aposentadoria, do direito de greve, do voto aos 16 anos e licença-gestante.

### Recusa

O líder do PT disse ainda que pretende aceitar votações de capítulo por capítulo, título por título, e recusa, terminantemente, a negociar um amplo acordo com o Centrão. "Não dá para acreditar na boa vontade de alguns líderes deste grupo", observou. Lula inclusive ameaça liderar um movimento pela não assinatura da nova Carta, na hipótese de suprimidas as principais conquistas da classe trabalhadora, como o direito de

greve, estabilidade, jornada de trabalho e licença-gestante.

Para o líder do PC do B, Haroldo Lima, as esquerdas precisam estar afiadas porque, para ele, inúmeras vezes será preciso orquestrar uma estratégia retirada de plenário para não dar quorum para votação de emendas que prejudiquem os trabalhadores. "Temos que ser uma frente única em defesa dos pequenos avanços obtidos na primeira fase", disse o comunista, que, isoladamente pretende suprimir o Conselho de Defesa Nacional, o Estado de Defesa, a aplicação de verbas públicas em escolas religiosas e filantrópicas e a retenção de salários como crime doloso.

## Falta de quorum ameaça os debates

Para suprimir qualquer dispositivo, no segundo turno de votações, será preciso reunir 280 votos no plenário (tarefa difícil de ser concretizada). Segundo esta regra, é fácil prever que poucas serão as alterações produzidas durante as próximas batalhas travadas entre progressistas moderados e conservadores. Os preparativos para as convenções e campanhas, visando as eleições municipais, serão fator determinante na diminuição do quorum de presenças de parlamentares no plenário. Os resultados são incógnitas, mas estas são os próximos pontos polêmicos:

### ● Voto aos 16 anos

Em um ano eleitoral, será bastante difícil reunir uma maioria de constituintes capaz de retirar da carta este item. Mesmo assim o dispositivo é alvo de críticas por parte de integrantes do Centrão, que não medirão esforços para a sua supressão.

### ● Ações Trabalhistas

A UDR e empresários rurais pretendem vencer aos líderes do Centrão a derrubar este dispositivo aprovado no primeiro turno, que estabeleceu que as ações trabalhistas no campo só prescrevam dois anos depois do trabalhador deixar o emprego.

### ● Propriedade

A ala progressista está disposta a oferecer emenda suprimindo o direito de propriedade, ao passo que o Centrão defende a sua vinculação à função social, permanecendo as indenizações fruto de desapropriações, ressarcidas em dinheiro.

### ● Crimes Inafiançáveis

As esquerdas desejam retirar o terrorismo e o tráfico de drogas da lista de crimes insuscetíveis de anistia ou fiança. O Centrão já avisou que não pretende alterar nenhuma linha deste texto aprovado.

### ● Greve

O Centrão pretende suprimir o direito de greve dos trabalhadores nos serviços essenciais e dos servidores públicos, mas as esquerdas consideram a matéria intocável.

Lembrete: a liberdade de greve foi aprovada por ampla maioria, fruto de acordo de lideranças, que, inclusive, foi sustentada por José Lourenço e Jarbas Passarinho.

### ● Forças Armadas

As esquerdas, principalmente o PT e PC do B irão lutar para retirar a expressão que autoriza as Forças Armadas a interverem no País em defesa da ordem interna. Mas o objetivo será muito difícil de ser alcançado. Mesmo assim buscarão apoio entre os progressistas do PMDB e do PSDB.

### ● Contrato de Risco

O Centrão pretende suprimir o artigo que proibiu os contratos de risco na exploração de petróleo. As esquerdas, de tendências nacionalista, não pretendem abrir mão e consideram este assunto já resolvido.

### ● Juros de 12%

Esta foi uma das grandes surpresas da votação em primeiro turno. O Centrão e as lideranças do Governo anunciam que este dispositivo não poderá permanecer na nova Carta.

### ● Anistia do Cruzado

O Palácio do Planalto deseja suprimir o dispositivo que conceda anistia, sob a justificativa que o sistema financeiro e bancário sofreu forte impacto e o contribuinte é quem pagará a conta. Mas a UDR não desiste, e irá lutar para ver ampliada a anistia até os médios produtores e empresários a anistia da correção monetária nas dívidas contraídas durante o Plano Cruzado.